

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CATARINA RANGEL STUTZ

**REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE PESSOAS TRANS\* E A  
INFLUÊNCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Ouro Preto, MG  
2026

CATARINA RANGEL STUTZ

**REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE PESSOAS TRANS\* E A  
INFLUÊNCIA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Profa. Orientadora: Dr. Patrícia de Abreu Moreira

Ouro Preto, MG

2026

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S937r Stutz, Catarina Rangel.

Reflexões sobre a trajetória escolar de pessoas trans\* e a influência das aulas de educação física. [manuscrito] / Catarina Rangel Stutz. - 2026.

22 f.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Abreu Moreira.

Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .  
Área de Concentração: Educação Física.

1. Educação física. 2. Pessoas transgênero. 3. Educação inclusiva. 4. Transfobia. 5. Educação. 6. Política pública. I. Moreira, Patrícia de Abreu. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 796:37

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE, EVOLUÇÃO E  
MEIO AMBIENTE



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Catarina Rangel Stutz**

**Reflexões sobre a trajetória escolar de pessoas trans\* e a influência das aulas de educação física**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física

Aprovada em 06 de março de 2026

**Membros da banca**

Dra. Patrícia de Abreu Moreira - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. Rubens Gonzaga Modesto - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Universidade Federal de Ouro Preto

A Profa. Dra. Patrícia de Abreu Moreira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/04/2026



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia de Abreu Moreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/04/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1085476** e o código CRC **A20EE98E**.

## Agradecimentos

À minha grande e entrelaçada família. À vovó Anna. Agradeço Tia Ju, tia Gabi, tio Bruninho, tio Bernardo, tia Alessandra, tio Nellinho. Ao tio Billy e tio Daniel. À minha mãe e ao meu pai, que moveram céu e terra para que eu chegasse até aqui, obrigada por me ensinarem a fazer e defender o que acredito, com amor e persistência. Aos meus irmãos, Liz, Tai e Vini, obrigada pela união, conversas e por se fazerem presentes, de perto ou de longe. Lizi, esse trabalho existe graças a você, e é a você que eu o dedico. Aos meus sobrinhos, Nicolas e Olívia, que ainda nem sabem, mas meu amor por vocês dão sentido para os caminhos que sigo. Ao meu cunhado, Jeano, que me fez escolher a Educação Física e me ensinou tanto.

À Sarinha, por todo carinho e amizade. À Gabi, pelas conversas e reflexões. À Lu e Aninha, por existirem e escolherem ficar em todas as nossas fases. Ao meu amor, Dudu, que viveu tudo isso comigo, as horas de dúvidas, de medos e as de empolgação, obrigada por acreditar e me apoiar tanto. Ao Tatak, Dalila, Dori, Tintim e Pepê, que moram no meu coração e nele eles mantêm vivo tudo que sempre fui.

Aos meus amigos, Glau e Alê, Teus, Ju, Geo, Samara e Nádia, pela amizade e por compartilharem comigo sabedoria e treinos. Ao Fefel, que me mostrou caminhos possíveis para os lugares que sonhei ir.

À minha orientadora, a mãe, doutora, professora, pesquisadora e atleta, Patrícia Moreira. Paty, a você eu sou grata todos os dias desde que nos conhecemos. Obrigada por toda

dedicação e paciência para ensinar e direcionar. Obrigada, também, pela amizade, e por me instruir e acolher em todas as situações vividas, todas aquelas que não envolveram uma carta de aceite.

Com grande admiração, agradeço ao CRA LBGBTQIAPN+ de Ouro Preto e toda a sua incrível equipe. Agradeço também à Escola de Educação Física e à UFOP, aos professores que me introduziram em meu sonho, ensinaram e deram oportunidades de viver e me apaixonar milhões de vezes pela Educação Física.

## RESUMO

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a influência das aulas de Educação Física (EF) na trajetória escolar de pessoas trans\* e como a conduta de professores de EF pode interferir, negativamente ou positivamente, nesta relação. Em sua maioria, os resultados encontrados associaram a EF a experiências negativas na vida de pessoas trans\*, que sofreram violências como ser ignorado, marginalizado, discriminado e assediado, gerando consequências como o afastamento ou até abandono das atividades corporais e esportivas devido às violências sofridas. Porém, também foram observadas algumas experiências positivas e a bibliografia pesquisada ressaltou o potencial da EF na promoção de ambientes seguros e acolhedores para jovens trans\*. Um importante fator que influencia o rumo das experiências dos estudantes é a conduta dos professores de EF, que pode aumentar ou diminuir as chances de jovens trans\* viverem experiências negativas durante as aulas. Quando os professores desconhecem a temática e chegam despreparados nas escolas, maior a chance dele reproduzir violências e colaborar para a sustentação do sistema cisheteronormativo estrutural. Portanto, concluímos que existe uma necessidade urgente de integrar o tema como componente da formação de professores de EF, visando a formação de profissionais letrados, com repertório conceitual, teórico e crítico que os permita compreender, nomear e problematizar as complexidades que envolvem as vivências de uma pessoa trans\* na aula de EF e na escola, para romper com o senso comum e poder combater a reprodução de violências no ambiente escolar. Sobre a bibliografia, é perceptível uma intensificação de publicações de estudos voltados para a população trans\* envolvendo a EF, mas com volume ainda incipiente. A ausência de dados dificulta a elaboração de políticas públicas que buscam garantir o acesso e permanência digna de jovens trans\* nas escolas. No município de Ouro Preto (MG), a aliança entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ (CRA LGBTQ+) foi considerada promissora para as perspectivas futuras, visando construção de cursos e disciplinas transversais sobre o tema para a comunidade ufopiana e estudantes de EF da UFOP, em busca de uma EF que verdadeiramente acolha diversidades como a diversidade de gênero.

**Palavras-chave:** educação física; pessoas trans\*; educação inclusiva; transfobia; educação; política pública.

## ABSTRACT

A bibliographical review was conducted on the influence of Physical Education (PE) classes on the educational trajectory of trans\* individuals and how the conduct of PE teachers can interfere, either negatively or positively, in this relationship. Most of the findings associated PE with negative experiences in the lives of trans\* individuals, who suffered violence such as being ignored, marginalized, discriminated against, and harassed, leading to consequences such as withdrawal from or even abandonment of physical and sports activities due to the violence experienced. However, some positive experiences were also observed, and the reviewed literature highlighted the potential of PE in promoting safe and welcoming environments for trans\* youth. An important factor influencing the direction of students' experiences is the conduct of PE teachers, which can either increase or decrease the likelihood of trans\* youth experiencing negative situations during classes. When teachers are unfamiliar with the topic and arrive at schools unprepared, the chances increase that they will perpetuate violence and contribute to upholding the structural cisheteronormative system. Therefore, we conclude that there is an urgent need to integrate this topic as a component in PE teacher education, aiming to train literate professionals equipped with conceptual, theoretical, and critical frameworks that allow them to understand, name, and problematize the complexities surrounding the experiences of trans\* individuals in PE classes and in schools, thereby breaking with common sense and combating the perpetuation of violence in the school environment. Regarding the literature, there is a noticeable increase in the publication of studies focused on the trans\* population in relation to PE, but the volume is still incipient. The lack of data hinders the development of public policies aimed at ensuring access and dignified retention of trans\* youth in schools. In the municipality of Ouro Preto (MG), the partnership between the Federal University of Ouro Preto (UFOP) and the LGBT+ Reference and Support Center (CRA LGBT+) was considered promising for future prospects, aiming to develop courses and cross-disciplinary programs on the topic for the UFOP community and PE students at UFOP, in pursuit of a PE that truly embraces diversities such as gender diversity.

**Keywords:** physical education; trans\* people; inclusive education; transphobia; education; public policy.

## SUMÁRIO

1.	Introdução	
	.....	7
2.	Perspectivas	Futuras
	.....	14
3.	Considerações	Finais
	.....	16
4.	Referencial	Teórico
	.....	17

## 1. Introdução

Para Butler (2019) o gênero é uma identidade social e cultural, constituída por normas e expectativas que variam de acordo com o tempo e o espaço. Dessa forma, não é algo natural e estável, e nem sempre se constituiu de maneira coerente, ou consistente, nos diferentes contextos históricos. A identidade de gênero compreende a

*“experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal de corpo [...] e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.”* (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007)

O gênero é compreendido como um espectro, porém, a construção social de gênero instituiu o binarismo, feminino e masculino, e é vista como um dos elementos estruturantes que molda todas as facetas da vida social humana (Risman, 2018). Essa conjuntura da nossa sociedade baseada no modelo da cisheteronormatividade<sup>1</sup>, se torna, na verdade, excludente e hierarquizadora (Vergueiro, 2015).

A cisheteronormatividade define a “normalidade” dos corpos e dos pensamentos, ela pressupõe e impõe, de forma compulsória, que todo indivíduo é cis<sup>2</sup> e heterossexual. Como consequência, deslegitima a existência de quem desvia das normas impostas e naturalizadas. Desta forma, o contexto social moldado pela cisheteronorma privilegia às pessoas cis, enquanto pessoas trans\*<sup>3</sup> são marginalizadas e consideradas inferiores, expressando profundamente a falta de condições inclusivas para as pessoas trans\*, desde o nível micro das interações até os níveis macro das estruturas institucionais, as quais mantêm e reforçam a marginalização dessas pessoas (Shelton e Dodd, 2020). Butler (1999) define o processo como abjeção às existências que não se encaixam no parâmetro cisheteronormativo estabelecido. O Brasil manifesta profundamente este processo, evidenciado em seu extremo ao ser o país que mais mata pessoas trans\* em todo o mundo (Xavier e Vianna, 2023), como consistentemente

---

<sup>1</sup> A escolha do termo cisheteronormatividade (Vergueiro, 2015) foi feita para nomear o sistema articulado de normas que exige, simultânea e compulsoriamente, a cisgeneridade e a heterossexualidade como condições de inteligibilidade social, em contraposição ao uso isolado de "cisheteronormatividade" ou "heteronormatividade".

<sup>2</sup> Cis: conceito que abrange as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer (Jesus, 2012).

<sup>3</sup> Trans\*: a fim de evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, este termo guarda-chuva refere-se a pessoas que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino” que forma um “binário” e pode se referir a diferentes identidades (Jesus, 2012).

demonstrado desde 2017 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras” (Benevides, 2025). Em 2024 foram assassinadas 122 pessoas trans\* e travestis, configurando média de 10 assassinatos por mês (Benevides, 2025). A maioria das pessoas assassinadas possuíam entre 15 e 29 anos, explicitando a recorrência desse crime contra pessoas mais jovens, muitas delas em idade escolar. Essa violência se torna uma ameaça à essa população, a qual, conseqüentemente, desenvolve um medo de sair de casa e ser agredida e, por isso, essas pessoas deixam de utilizar serviços de saúde e de frequentar espaços públicos, inclusive, escolas e universidades, ambientes os quais reforçam a exclusão dessas pessoas (Benevides, 2025). As pessoas trans\* são, constantemente, humilhadas nestes espaços, são expulsas de banheiros e enfrentam ataques frequentes (Benevides, 2025).

Desde o seu surgimento, a escola não apenas entendeu, mas também exerceu a função de distinguir e instituir – separou as crianças dos adultos, os pobres dos ricos, meninas e meninos. Os conhecimentos, selecionados a partir das relações de poder, e as lições, atravessadas pelas diferenças, confirmam e também produzem diferenças, segregando e estabelecendo hierarquias, determinando quais identidades são modelos e quais são subalternizáveis (Louro, 1997).

Durante os séculos XIX e XX, o contexto educacional brasileiro foi marcado por processos que buscaram hierarquizar e naturalizar diferenças de etnia e raça, de classe, de orientação sexual e de gênero, associados à privação de cidadania para grupos formados por mulheres, indígenas, negros e pessoas trans\*, que foram completamente excluídas do acesso à educação (Oliveira, 2002; Andrade, 2012). A partir de 1988, a educação se torna um direito constitucional em nosso país, porém, apesar da Constituição Federal de 88 (CF88) instituir a obrigação do Estado de oferecer uma educação de qualidade a toda/o/e e qualquer cidadão e cidadã, sem nenhum tipo de preconceito e discriminação, é evidente que este direito, ainda hoje, não é realidade para grupos marcados por gênero, sexualidade, etnias, raça e classe social que diferem das normas hegemônicas socialmente estabelecidas (Xavier e Vianna, 2023).

A escola fabrica sujeitos e desenvolve as identidades étnicas, de classe e de gênero dos indivíduos, educando para reforçar comportamentos e criar novos, todos pautados nos valores dominantes da sociedade a qual a educação em questão esteja vinculada (Barroso; Cardoso, 2018). Quando os ambientes escolares apoiam e privilegiam, ainda que inconscientemente, a normalização de crenças, por exemplo, cisgênero, heterossexistas e de normas de gênero, isso conseqüentemente leva à marginalização e discriminação estruturais (Miller, 2016). As pessoas que desviarem das normas estabelecidas, serão discriminadas e

marginalizadas, podendo sofrer consequências que vão desde a exclusão ou até mesmo punições formais (Andrade, 2012). Portanto, a educação oferecida pode ser capaz de impossibilitar, ou ao menos restringir, a existência de pessoas que desafiam os padrões e as normas hegemônicas (Andrade, 2012).

A escola é revelada como um dos principais contextos onde crianças e adolescentes que desafiam as normas de gênero emergem como grupos vulneráveis e de alto risco de violência e assédio (Larsson et al., 2011) e experiências negativas sofridas por estudantes trans\* na escola, como a exclusão e abjeção, têm sido descritas na literatura (Barroso e Jesus, 2012; Cardoso, 2018; Xavier e Vianna, 2023).

Ordens binárias de gênero e heteronormativas estão presentes não apenas no cotidiano, mas também nos sistemas educacional e esportivo. Historicamente, a Educação Física (EF) foi utilizada em diversos contextos como um tipo de instrumento disciplinador do corpo, inclusive nos ambientes escolares (Larsson et al., 2011), onde a EF é responsável por desenvolver as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social. Visto que o âmago da EF são *o corpo* e *os corpos* (Barroso e Cardoso, 2018), ela funciona como uma eficiente ferramenta de desenvolvimento social e da pessoa, afinal, o próprio corpo, em essência, articula as dimensões pessoais e sociais. Porém, ao ser baseada em sentidos segregadores como a cisheteronormatividade, a EF funciona como uma ferramenta para limitar o desenvolvimento de identidades de gênero que desafiam o binarismo, restringindo e limitando existências como a de pessoas trans\* as quais desafiam esse padrão (Drury et al., 2017; Fitzpatrick & McGlashan, 2016; Larsson et al., 2011). Quando, por exemplo, durante as aulas os estudantes são separados, seus corpos, sentidos e pensamentos diferentemente educados para situá-los como feminino ou masculino (Jaco e Altmann, 2017), o sistema cisheteronormativo está sendo inscrito em seus corpos, com os valores e expectativas sociais sendo projetados sobre eles (Möhwald, 2025).

Consequentemente, para jovens trans\*, a EF representa um lembrete constante da dominância da lógica binária de gênero (Drury et al., 2023). Os pesquisadores Williamson e Sandford (2018) argumentam que a EF pode ser alienante, angustiante e prejudicial para o envolvimento mais amplo de jovens trans\* em esportes e atividades físicas, ao exigir que o corpo esteja "em exibição" de determinadas maneiras (Ahmed, 2020; Devís-Devís et al., 2018 *apud* Drury et al., 2023), sendo até os movimentos habilidosos do corpo humanos, estes essenciais para EF, socialmente categorizados como masculinos ou femininos (Sykes, 2011). Tais circunstâncias criam um contexto que permite a ocorrência e legitimação da transfobia, gerando grande sofrimento para estudantes trans\* (Drury et al., 2017).

Por várias décadas, estudiosos da EF têm criticado a profissão por sua propensão a marginalizar jovens que não se conformam com expectativas estreitas do que significa ser homem ou mulher (Clarke, 2013; Landi, 2018; Drury et al., 2023). Estudantes fora das categorias binárias de gênero são frequentemente tratados pelos professores como exceções que devem ser consideradas no ensino, mas cuja existência não pode perturbar as práticas existentes baseadas no gênero binário (Berg e Kokkonen, 2022; Franco, 2016), como mostrou Franco (2016), que descreveu a situação de uma estudante que era dispensada das aulas de EF e participava apenas das aulas teóricas. A jovem, que ainda não havia assumido a sua identidade trans\* na época da escola, nas poucas vezes em que tentou participar das atividades, era constantemente exposta a várias formas de constrangimento por sua presença gerar muito estranhamento, pela forma que sua feminilidade tornava-se mais evidenciada nas atividades práticas. Foi tornada alvo de agressões verbais por parte dos estudantes frequentemente até que, em certa ocasião, em razão desses constrangimentos e tumulto, um de seus professores de EF disse a ela que não precisaria mais comparecer às aulas (Franco, 2016). Essa atitude de exclusão do professor retrata despreparo profissional para lidar com a situação, onde acaba adotando esse comportamento violento de eliminação da pessoa trans\* dos espaços e, conseqüentemente, da sociedade.

Outra pesquisa, realizada com professores de EF com o propósito de averiguar o conhecimento da participação de atletas trans\* nas competições esportivas oficiais, mostrou que os profissionais desconheciam as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre a participação de atletas trans\* nos jogos e que não tiveram acesso a esse conhecimento pelos componentes curriculares durante a sua formação, possuindo conhecimentos pautados em suas próprias crenças, ideologia e julgamento, portanto, em seu senso comum (Fernandes e Jeremias, 2018).

É evidente que a ausência da temática da diversidade de gênero durante a formação dos professores de EF, gera conseqüências diretas na sua atuação profissional futura. Como resultado, isso afetará a vivência de seus futuros estudantes de EF nas escolas. Em sua maior parte, estudos indicam uma ampla gama de experiências negativas sofridas por estudantes trans\* nas escolas, como ser ignorado, marginalizado, discriminado e assediado (Barroso e Cardoso, 2018; Devís-Devís, 2023; Möhwald, 2025; Williamson e Sandford, 2018). Essas experiências negativas possuem conseqüências nas vidas trans\* diante às atividades físicas e aos esportes (López-Cañada et al., 2021). Após enfrentar tais sofrimentos, essas pessoas podem abandonar atividades de caráter coletivo e preferir atividades individuais; evitar atividades que envolvem maior exposição corporal e até mesmo parar completamente de

praticar atividade física ao assumirem a sua identidade, devido às experiências negativas vivenciadas (López-Cañada et al., 2021).

Em contrapartida, os ambientes de EF também são espaços onde a cisheteronormatividade pode ser potencialmente desafiada e é possível encontrar estratégias as quais os estudantes trans\* usam para superar ambientes e situações transfóbicas (Coll, Enright, e O'Sullivan 2014; Landi 2019; Larsson, Fagrell, e Redelius 2009 *apud* Berg e Kokkonen 2022), que revelam o potencial da EF em proporcionar a possibilidade de resistência, subversão e transformação dos discursos cisheteronormativos dominantes por meio de atos corporais performativos (Butler, 1993).

[...]

*Educação Física era a matéria que eu gostava mais, porque a gente fazia esporte, corria, e eu gostava muito de fazer essas coisas, e principalmente por que a gente brincava e tal [...] eu lembro que no tempo também a gente juntava com as outras turmas, era menino e menina e não tinha uniforme diferente, o uniforme era padrão mesmo, foi a melhor escola da minha vida, com a melhor Educação Física (BARROSO; CARDOSO, 2018).*

Lecionar grupos mistos mostrou efeitos positivos no estudo de Williamson e Sandford (2018). Uma professora a qual o estudo se refere, além de ministrar aulas sem separação por gênero, também evitava as palavras “menina” e “menino” ao ensinar, demonstrando importante consideração com a linguagem e o seu impacto. Ela também oferecia atividades alternativas a todas as pessoas independentemente de gênero e suposições e defendia que pequenas atitudes eram capazes de tornar o cotidiano dos estudantes LGBTQ+ mais fácil, afastando estigmas (Berg e Kokkonen, 2022). Outro professor, dessa vez entrevistado por Berg e Kokkonen (2022), iniciou uma discussão sobre os desafios que vestiários binários representam na vida de estudantes trans\* na escola em que trabalhava, até que foi tomada a decisão de separar um dos vestiários para quem não se sente pertencente a nenhuma das categorias de gênero.

Questões levantadas pela literatura envolvendo as experiências de pessoas trans\* nas escolas de diferentes lugares, países e culturas, sugerem, de forma mais ampla, que os professores podem desempenhar um papel significativo no desafio às estruturas educacionais cisheteronormativas e na promoção de espaços de segurança para jovens trans\* (McQuillan & Leininger, 2021 *apud* Drury et al, 2023). No entanto, as pesquisas mostram que professores de EF, em sua maioria, ainda têm relativamente pouco conhecimento sobre as necessidades e questões dos estudantes trans\* (Drury et al., 2022): muitos não se sentem adequadamente preparados para possibilitar experiências educacionais positivas para jovens

trans\*. Para alguns, isso se manifesta como um "medo" de abordar as necessidades de estudantes trans\* (Foley et al., 2016 *apud* Drury et al, 2023). Dessa forma, o professor de EF que deveria exercer um papel importante na inclusão digna das pessoas trans\* nas atividades físicas e promover o letramento do tema entre seus estudantes, com a constante exclusão e persistente embasamento cisheteronormativo durante as aulas e em seus espaços, acaba reproduzindo, tolerando violências e exercendo um papel discriminatório que, combinado com a falta de políticas educacionais e o despreparo da gestão escolar, contribui para a manutenção do sistema cisheteronormativo estrutural.

Na pesquisa de Berg e Kokkonen (2022), os estudantes apoiaram aulas ministradas a grupos mistos, defenderam vestiários ou instalações não categorizados de forma binária, e destacaram a importância da redução dos estereótipos de gênero e o uso de uma linguagem mais inclusiva por parte dos professores, evitando as palavras “meninos” e “meninas”, como formas de promover a igualdade na EF. Outro estudo mostrou alunos que esperavam que, no futuro, os professores de EF estivessem familiarizados com a diversidade de gênero e sexualidade e fossem educados sobre estereótipos de gênero redutores em relação à competência (Landi, 2019). O potencial crítico das visões dos estudantes pode e deve ser utilizado no desenvolvimento de decisões pedagógicas e de políticas educacionais (Berg e Kokkonen, 2022).

Os trabalhos que trouxeram perspectivas dos estudantes, mostraram que para eles, não se trata de ensinar sobre identidades de gênero ou planejar aulas específicas sobre o tema, mas sim de respeitar e garantir o respeito às diversidades identitárias durante suas próprias aulas e práticas. Para uma EF inclusiva, considerar a diversidade de gênero e sexualidade em seu pensamento, fala e práticas, pode ser o suficiente para desafiar a cisheteronormatividade. Para tanto, é necessário entender e se familiarizar com a temática, o que deveria ser proporcionado durante a graduação.

## 2. Perspectivas Futuras

A determinação do espaço pode reconhecer identidades que se adaptaram ou excluir existências que não se encaixam, portanto, para evitar que a escola seja um ambiente por si só violento e excludente, reconhecer que atualmente ela é, é o primeiro passo para então buscar as mudanças necessárias.

Além do acesso à educação, é necessário garantir a permanência digna das pessoas trans\* nas escolas, oferecendo uma educação verdadeiramente inclusiva. Para garantir a permanência digna de estudantes trans\*, é necessário garantir seus direitos, como o respeito ao uso de nome social, assegurado principalmente pelo Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Para a familiarização com o tema e comprometimento com a garantia dos direitos, deve-se considerar e realizar palestras educativas para a comunidade escolar, cursos de capacitação para servidores e servidoras das escolas.

Além disso, é importante que o próprio ambiente, estruturalmente, reconheça todas as pessoas que podem se identificar dentro ou fora do imposto sistema binário de gênero, como por exemplo garantindo banheiros individualizados sem distinção de gênero.

Ações neste sentido, como a garantia do respeito ao nome social nas escolas, têm sido realizadas em Ouro Preto, MG, onde, desde dezembro de 2023, a cidade possui o próprio Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ (CRA LGBTQ+), o segundo do estado de Minas Gerais, que é referência nacional em atendimento especializado a este público (Lamparina UFOP, 2024).

Com uma equipe multidisciplinar (pedagoga, assistentes sociais, psicólogo, procuradora, educadores sociais, agentes administrativos e agente de serviços gerais) e, em sua maioria pessoas LGBTQ+, o centro realiza o acolhimento social, oferecendo atendimento interdisciplinar e humanizado às pessoas e também às suas famílias (Fernandes, 2025).

Além disso, promove rodas de conversa, oficinas e campanhas educativas sobre direitos e prevenção de ISTs (Diário de Ouro Preto, 2024) e eventos, como a Parada LGBTQ+, a Semana da Visibilidade Trans\* (Lampião UFOP, 2025; Jornal Voz Ativa, 2026) e a Semana do Orgulho (CRA LGBTQ+ Ouro Preto, s.d.).

Uma aliança tem ganhado força, entre o CRA LGBTQ+ e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), os quais desenvolvem de maneira contínua ações conjuntas que visam

saúde, proteção e visibilidade da população *queer*<sup>4</sup> de Ouro Preto e da universidade. Esta aliança é valiosa para as perspectivas futuras, mas é necessário que o tema alcance as salas de aula da UFOP, aproveitando essa parceria com ações conjuntas também dentro da universidade e para os nossos estudantes, para que em suas formações eles aprendam e estejam preparados quando formados profissionais da EF.

Na EF, práticas historicamente consolidadas podem e devem ser reformuladas, para que não mais sejam reproduzidas violências contra essas pessoas. Isso significa que é necessária a formação de professores letrados, com repertório conceitual, teórico e crítico que os permita compreender, nomear e problematizar as complexidades que envolvem as vivências de uma pessoa trans\* na aula de EF e na escola, para romper com o senso comum e poder combater a reprodução de violências no ambiente escolar.

Para a formação de profissionais letrados, que evitem a reprodução de violências e promovam uma educação inclusiva, é fundamental que se tenha contato com o assunto, por isso, é urgente a criação de uma disciplina transversal com caráter interseccional, que aborde a EF para qualquer pessoa, independente de gênero ou sexualidade.

---

<sup>4</sup> *Queer*: Termo guarda-chuva que se refere a identidades de gênero, orientações sexuais e expressões que desviam das normas cisheterossexuais. Antes pejorativo, foi apropriado e ressignificado pela própria comunidade como uma forma de resistência.

### **3. Considerações Finais**

Nas aulas de EF, há gerações pessoas trans\* foram e continuam sendo frequentemente marginalizadas, violentadas, subalternizadas. A existência dessas pessoas foi e ainda é tratada como exceção e, desconsiderada desde a formação dos professores, os quais desconhecem e, muitas vezes, evitam e hesitam ao ter contato com temas relacionados. A ausência da temática durante a formação dos professores, é parte do que sustenta o desconhecimento do assunto e contribui para a reprodução de estereótipos e legitimação de discriminações, afastando, excluindo e marginalizando a quem a existência desafia as normas cisheteronormativas impostas.

Além disso, há urgência em criar políticas públicas para acolher, incluir e garantir a permanência de pessoas trans\* nas escolas . Para garantir que a formação dos professores relacionada ao assunto não seja baseada no senso comum e veículos midiáticos, é imprescindível que os professores e futuros professores de EF conheçam e desenvolvam familiarização com o tema, para desconstrução de estereótipos e interrupção da reprodução e consequente legitimação de discriminações e violências às identidades que transcendem as cisheteronorma.

Em relação à bibliografia pesquisada, apesar do aumento das publicações no campo da Educação Física relacionadas às pessoas trans\*, o volume ainda é incipiente e indica a urgência de tratarmos esta temática (Oliveira & Correia, 2025). A ausência de dados dificulta a elaboração de políticas públicas que buscam garantir o acesso e, principalmente, a permanência digna dessas pessoas nas escolas. Portanto, novas pesquisas são necessárias, para que sejam desenvolvidas e aplicadas políticas públicas e práticas pedagógicas que busquem a inclusão, a garantia dos direitos das pessoas trans\* e a promoção de espaços seguros e acolhedores.

#### 4. Referencial Teórico

1. AGITO MAIS. **Ouro Preto inaugura testagem de ISTs no CRA LGBT+ com apoio da UFOP.** 2024. Disponível em: [agitomais.com.br/13/05/2024/saude/ouro-preto-inaugura-testagem-de-ists-no-cra-lgbt-com-apoio-da-ufop/](https://agitomais.com.br/13/05/2024/saude/ouro-preto-inaugura-testagem-de-ists-no-cra-lgbt-com-apoio-da-ufop/). Acesso em: 8 mar. 2026.
2. ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
3. BARROSO, Lucas B.; CARDOSO, Wladirson R. da S. **O não lugar de pessoas trans no currículo da disciplina Educação Física em escolas de Belém do Pará.** Iniciação Científica CESUMAR, Maringá, v. 20, n. 1, p. 17-30, jan./jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17765/1518-1243.2018v20n1p17-30>.
4. BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Brasil: ANTRA, 2025.
5. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 mar. 2025.
6. BERG, Päivi; KOKKONEN, Marja. **Heteronormativity meets queering in physical education: the views of PE teachers and LGBTIQ+ students.** *Physical Education and Sport Pedagogy*, v. 27, n. 4, p. 368-381, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/17408989.2021.1891213>.
7. BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo".** São Paulo: n-1 edições, 2019.
8. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
9. BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
10. CENTRO DE PESQUISA TRANSFEMINISTA. **Centro de Pesquisa Transfeminista: Trans\* como termo guarda-chuva.** fev. 2013. Disponível em: <https://transfeminismo.org/trans-umbrella-term>. Acesso em: 30 abril. 2025.
11. COMITÊ INTERNACIONAL DE JURISTAS (ICJ). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** 2007. Disponível em: [https://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2022/09/principios\\_de\\_yogyakarta\\_pt.pdf](https://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2022/09/principios_de_yogyakarta_pt.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.
12. CRA LGBT OURO PRETO. Perfil institucional. s.d. Instagram: @cralgbt. Disponível em: <https://www.instagram.com/cralgbt/>. Acesso em: 8 mar. 2026.
13. DEVÍS-DEVÍS, José et al. **Looking back into trans persons' experiences in heteronormative secondary physical education contexts.** *Physical Education and Sport Pedagogy*, Abingdon, v. 22, n. 5, p. 1-14, 2017. DOI: 10.1080/17408989.2017.1341477.

14. DIA A DIA NOTÍCIAS. **CRA LGBTQ+ comemora primeiro ano de atuação com roda de conversa e depoimentos.** 2024. Disponível em: [diaadianoticias.com.br/noticia/38138/cra-lgbt-comemora-primeiro-ano-de-atuacao-com-roda-de-conversa-e-depoimentos.html](http://diaadianoticias.com.br/noticia/38138/cra-lgbt-comemora-primeiro-ano-de-atuacao-com-roda-de-conversa-e-depoimentos.html). Acesso em: 8 mar. 2026.
15. DIÁRIO DE OURO PRETO. **CRA LGBTQ+ se torna ponto fixo de testagem de ISTs em Ouro Preto.** 2024. Disponível em: <https://www.diariodeouropreto.com.br/cra-lgbt-se-torna-ponto-fixo-de-testagem-de-ists-em-ouro-preto/>. Acesso em: 8 mar. 2026.
16. DRURY, Scarlett et al. **The transformative potential of trans\*-inclusive PE: the experiences of PE teachers.** Sport, Education and Society, Abingdon, v. 28, n. 9, p. 1118-1131, 2023. DOI: 10.1080/13573322.2022.2034142.
17. FERNANDES, Mirelly de Oliveira. **Nome social na educação básica: o papel ativo do Centro de Referência e Acolhimento (CRA) LGBTQ+ de Ouro Preto na garantia de direitos de estudantes trans.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2025.
18. FERNANDES, Ricardo Izidoro Meira; JEREMIAS, Isabel Casagrande. **Transexualidade em jogo: a compreensão de profissionais da Educação Física a respeito de atletas transgêneros nas competições esportivas oficiais.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Tubarão, 2019.
19. FRANCO, Neil. **Para além do binário de gênero: discursos e práticas sobre diversidade sexual e de gênero na formação inicial de professores de Educação Física.** 2016. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2016.
20. FUENTES-MIGUEL, J. et al. **From inclusion to queer-trans pedagogy in school and physical education: a narrative ethnography of trans generosity.** Sport, Education and Society, [s. l.], p. 1-15, 2022. DOI: 10.1080/13573322.2022.2073437. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13573322.2022.2073437>. Acesso em: 13 de nov. 2025.
21. OURO PRETO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. **TV UFOP entrevista CRA LGBTQ+ sobre ação para pessoas trans.** 2024. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/3886>. Acesso em: 20 mar. 2026.
22. JACO, Juliana Fagundes; ALTMANN, Helena. **Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de Educação Física.** São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22195/2447-524620172219899>.
23. JORNAL O ESPETO. **Parada LGBTQ 2025 de Ouro Preto leva música, alegria e representatividade ao centro de artes da UFOP.** 2025. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2025/07/22/parada-lgbt-2025-de-ouro-preto-leva-musica-alegria-e-representatividade-ao-centro-de-artes-da-ufop/>. Acesso em: 8 mar. 2026.
24. JORNAL VOZ ATIVA. **Ouro Preto promove ações para celebrar o Dia Nacional da Visibilidade Trans.** 2026. Disponível em: <https://jornalvozataiva.com/noticias/ouro-preto-promove-acoes-para-celebrar-o-dia-nacional-da-visibilidade-trans/>. Acesso em: 20 mar. 2026.
25. LAMPARINA UFOP. **CRA LGBTQ+, um espaço de acesso a informação, acolhimento e afeto.** 2024. Disponível em:

- <https://lamparinaufop.wordpress.com/2024/02/19/cra-lgbt-um-espaco-de-acesso-a-informacao-acolhimento-e-afeto/>. Acesso em: 9 mar. 2026.
26. LAMPIÃO UFOP. **A comunidade LGBTQIAPN+ e os avanços nas políticas públicas de Ouro Preto.** 2025. Disponível em: <https://www.lampiaoufop.com.br/post/a-comunidade-lgbtqiapn-e-os-avanços-nas-políticas-públicas-de-ouro-preto>. Acesso em: 8 mar. 2026.
  27. LANDI, Dillon et al. **LGBTQ+ research in physical education: a rising tide?** *Physical Education and Sport Pedagogy*, v. 25, n. 3, p. 259–273, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/17408989.2020.1741534>.
  28. LARSSON, H.; REDELIUS, K.; FAGRELL, B. **Moving (in) the heterosexual matrix. On heteronormativity in secondary school physical education.** *Physical Education and Sport Pedagogy*, v. 16, n. 1, p. 67-81, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17408989.2010.491819>. Acesso em: 10 de jan. 2026.
  29. LÓPEZ-CAÑADA, E.; DEVÍS-DEVÍS, J.; PEREIRA-GARCÍA, S.; PÉREZ-SAMANIEGO, V. **Socio-ecological analysis of trans people's participation in physical activity and sport.** *International Review for the Sociology of Sport*, v. 56, n. 1, p. 62-80, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1012690219887174>. Acesso em: 5 de jan. 2026.
  30. LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.
  31. LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
  32. MILLER, S. **Trans\*+ing classrooms: the pedagogy of refusal as mediator for learning.** *Social Sciences*, v. 5, n. 34, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci5030034>. Acesso em: 24 jun 2025.
  33. MÖHWALD, A. **'Physical Education demands a lot of your gender identity because you show yourself in motion' – The construction of (gendered) body in physical education from the perspective of trans\* students.** *Journal of Pedagogical Research*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 110-122, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33902/JPR.202531701>. Disponível em: <https://www.jpeditores.org/article/physical-education-demands-a-lot-of-your-gender-identity-because-you-show-yourself-in-motion-the/117>. Acesso em: 12 mar. 2025.
  34. MOURA, Alessia Rodrigues; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. **A escola para todes? O que dizem os estudos sobre educação de pessoas trans.** *SciELO Preprints*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6356>.
  35. OLIVEIRA, Pedro de; CORREIA, Adriana Martins. **Análise das produções científicas sobre pessoas trans nas pesquisas no campo da educação e da educação física escolar.** *Revista Fluminense de Educação Física*, v. 7, n. 3, 2025.
  36. SHELTON, Jama; DODD, S. J. **Teaching Note - Beyond the Binary: Addressing Cisnormativity in the Social Work Classroom.** *Journal of Social Work Education*, v. 56, n. 1, p. 179–185, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10437797.2019.1648222>.
  37. VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

38. WILLIAMSON, R.; SANDFORD, R. A. **“School is already difficult enough...”: Examining transgender issues in physical education.** *Physical Education Matters*, v. 13, n. 3, p. 57-61, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2134/35926>. Acesso em: 11 nov. 2025.
39. XAVIER, T. P. de O.; VIANNA, C. **A Educação de pessoas Trans\*: relatos de exclusão, abjeção e luta.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e124022, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124022vs01>.